

## Senado muda texto, que volta à Câmara

— Projeto aprovado livra bebidas açucaradas e armas do 'imposto do pecado' e põe alíquota do IVA em 28,6%; nova votação na Câmara deve acontecer na terça-feira

MARIANA CARNEIRO  
GIORDANNA NEVES  
BRASILIA

O Senado aprovou ontem, por 49 votos a 19, o primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. Como foram feitas modificações pelos senadores, o texto terá de retornar à Câmara para nova apreciação dos deputados – o que deve ocorrer na próxima semana.

As bebidas açucaradas saíram da lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo – o chamado “imposto do pecado”, criado para desestimular o consumo de itens que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. Também foram poupadas as armas e munições.

Além disso, com as mudanças aprovadas pelos senadores a alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será a base do novo sistema, poderá alcançar 28,6% (*mais informações na pág. B2*).

Na volta para a Câmara após modificações do Senado, o projeto deve ser novamente relatado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Ao **Estado**, ele disse que a votação pode acontecer já na terça-feira. “Nós marcamos reunião para domingo com o grupo de trabalho e vamos conversar com o Ministério da Fazenda. Depois, vamos acertar com o presidente (*da Câmara*) Arthur Lira.”

Ele minimizou os acréscimos que podem fazer com que o IVA chegue a 28,6% – a Câmara havia fixado uma trava de 26,5% para o tributo. “Evidente que, o que a gente achar que pode já extrapolar a alíquota de 26,5% e que não for fruto de acordo coletivo, o colégio de líderes decide se fica ou não.”

A Câmara, nesse caso, fará apenas a revisão das mudanças feitas pelo Senado e poderá confirmá-las ou rejeitá-las. Não será possível inserir novidades no texto. “Não posso colocar armas, porque a Câmara é a Casa revisora, e não posso mais alterar o mérito, só confirmar ou rejeitar. Na Câmara, tentamos e perdemos, esse assunto não volta mais.” ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1